

Amazônia: o contra-ataque do Governo brasileiro

LETÍCIA BORGES
Enviada especial

QUITO — O Governo brasileiro, sem dúvida, teve sucesso no seu primeiro trabalho de fôlego para fazer frente às pressões que vem sofrendo por conta do tratamento que dispensa a Amazônia. Na reunião dos chanceleres dos oito países do Tratado de Cooperação Amazônica, realizada esta semana no Equador, o Brasil foi a vedete (até porque detem 69% do território amazônico, onde se concentram as maiores agressões ao meio ambiente): fez aprovar suas teses e recebeu a solidariedade dos demais países.

O encontro, embora estivesse marcado há algum tempo, teve nitidamente o caráter de mostrar ao Mundo desenvolvido que os países da região não estão alheios ao problema e que o Brasil não está sozinho. Até o momento, o tratado, firmado há dez anos, pouco ou nada produziu de concreto. Agora, porém, tem uma oportunidade única para mostrar que não ficará na mera declaração de vontade política.

Não se sabe ainda qual a extensão dos efeitos que a reunião produzirá. É certo, no entanto, que as críticas externas não deixarão de ocorrer apenas porque outros países endossaram a posição brasileira. Mal acabava a reunião, por exemplo, um dos mais influentes jornais de Quito, o "Hoy", publicava um artigo em que o autor, Fernando Ortiz Crespo, dizia que uma postura aparentemente válida do Governo brasileiro pode estar escondendo uma falácia perigosa, a de que ele, o Governo, não é clarividente sobre o futuro da Amazônia.

O articulista disse que o Governo não tem ouvido as organizações não governamentais e as nações indígenas para estabelecer sua política. Ele se referia a episódios recentes, como o assassinato de Chico Mendes, e lamentou que a postura adotada pelo Brasil fatalmente será seguida pelos vizinhos. Também os jornalistas locais e de agências estrangeiras não se deram por satisfeitos ao ouvir do Embaixador Paulo Tarso Flecha de



Lima, representante brasileiro no encontro, declarações minimizando o efeito e a quantidade das queimadas na Amazônia, chegando a afirmar que os mapas a este respeito tiveram uma leitura errada por parte do Instituto de Pesquisas Espaciais.

A participação do movimento ecológico equatoriano foi tímida, mas eles procuraram a imprensa estrangeira para criticar os grandes projetos na região. A discussão na reunião, portanto, situou-se no plano

mais geral, sem que tenha sido feito qualquer tipo de levantamento sobre a situação da Amazônia, mesmo que este não fosse seu objetivo. De concreto, pode-se registrar o interesse de organismos internacionais, como a Organização dos Estados Americanos (OEA) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em cooperar com estes países.

Um outro ponto esteve presente em todos os pronunciamentos: a cri-

Problemas semelhantes, mas repercussões distintas

Recentemente, um importante político latino-americano esteve com o Presidente Sarney, pouco antes de assumir um relevante cargo em seu país. A certa altura da conversa, um dos interlocutores brasileiros quis saber como ele via a questão de uma tribo de índios que habita o território dos dois países. Ele virou-se para um assessor, pensando tratar-se de um problema de desconhecimento da língua, mas o nome da tribo era o mesmo. A questão é que não tinha tanta importância para ele.

As autoridades brasileiras ficaram surpresas e explicaram que qualquer ato do Governo brasileiro que se refira a esta, ou qualquer outra nação indígena, provoca forte repercussão interna e até mesmo no exterior. A história é ilustrativa de dois aspectos relativos a problemática amazônica: o desconhecimento sobre ela e os graus de ressonância que assume em cada país.

Também os problemas que cada um dos oito países amazônicos enfrentam são diferentes e recebem prioridades variadas. Um diplomata brasileiro observava que já existe, sem dúvida, uma ocupação irracional da região através do garimpo desordenado, do con-

trabando e do tráfico de drogas. Pode-se acrescentar ainda os grandes projetos de exploração madeireira e de petróleo, a derrubada de florestas para pastagens e a colonização desenfreada. Em cada país, porém, as repercussões são diferentes.

A Venezuela, como o Brasil, enfrenta a questão indígena e uma nova febre do ouro. No Peru, a situação se repete no que diz respeito ao desmatamento e ocupação desordenada. Os ecologistas no Equador chamam a atenção para a profanação do santuário amazônico através de grandes projetos petrolíferos, agropecuários e estradas. Na Bolívia também se registra a destruição de florestas para uso agropecuário e o quadro não é muito diferente na Colômbia.

De qualquer maneira, a questão ecológica começa a ser objeto da preocupação destes Governos, ainda que de forma equivocada, como afirmam os movimentos ecológicos. Esta era, de acordo com uma fonte diplomática, a intenção dos países amazônicos durante o encontro: fazer com que a Amazônia deixe de ser um tema periférico, e passe a ser central, como já o é para os países desenvolvidos (L.B.).

se. O Chanceler do Equador, Diego Cordoves, foi um dos que ressaltaram que aguda crise por que passam os países membros do tratado significa que a preservação ecológica dependerá de uma séria limitação de recursos financeiros, que os obrigará a dar prioridade aos problemas sócio-econômicos. E estes não são poucos. A solução, mais um consenso entre eles, não está na vinculação da dívida externa à questão ecológica no sentido colocado por Governos e

instituições dos países industrializados. Ou, como disse o Ministro das Relações Exteriores da Venezuela, Tejera Paris, ao ser indagado se o problema da dívida externa tinha sido discutido:

— Pensamos muito sobre isso, mas falamos pouco. O que os bancos precisam saber claramente é que buscar uma solução favorável para os nossos países é buscar uma solução favorável para seus próprios balanços.

'Inteligência' da região quer ser ouvida

QUITO — A vinculação entre a dívida externa e a preservação do meio ambiente, ainda que não conte com a simpatia do Governo, que a considera inexequível, continuará sendo objeto de discussão. Este é o projeto da Associação das Universidades Amazônicas (Unamaz), segundo seu presidente, José Seixas Lourenço, Reitor da Universidade Federal do Pará, que considera o debate, como vem sendo conduzido, extremamente emocionalizado e, por isso, pouco aprofundado.

A Unamaz programou um seminário para setembro, em Belém, com cerca de 40 especialistas e a participação de organismos internacionais, com o objetivo de formar e divulgar a opinião da "inteligência da região amazônica" a respeito do tema. Na opinião de Lourenço, não se pode aceitar ingerência na autonomia dos países. Entre os países amazônicos, dois vivem esta experiência: Bolívia e Equador. Os chanceleres destes países, no entanto, garantem que não há qualquer limitação de suas soberanias, já que recebem assessoria internacional ou mesmo recursos, mas o controle é exercido por seus Governos.

O exemplo, no entanto, não pode ser aplicado ao Brasil, segundo uma das principais autoridades brasileiras ligadas à questão. São, no seu entender, casos isolados, que não podem ser ampliados, levando-se em conta a dimensão da Amazônia e da dívida externa brasileira.

Porém, para o Presidente da Unamaz, é possível chegar a um meio termo inteligente entre o intervencionismo e a posição defensiva, de rejeição a toda e qualquer ajuda externa. Ele sustenta que a região não é um deserto em termos de recursos humanos e projetos: são cerca de 20 mil profissionais de nível superior das vinte instituições dos oito países amazônicos, com inúmeros estudos e propostas sobre a região.